



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional.

Sub-eixo: Formação profissional.

## O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA NO SUL DO BRASIL: A PERCEPÇÃO DOS ACADÊMICOS

FRANCYNNE MINUSCOLI GONÇALVES<sup>1</sup>  
ALZIRA MARIA BAPTISTA LEWGOY<sup>2</sup>

**Resumo:** A pesquisa objetiva apresentar a percepção dos acadêmicos sobre o processo de estágio supervisionado obrigatório, sob a ótica da Política de Estágio Supervisionado para o Curso de Serviço Social de uma universidade pública no sul do país. Pesquisa qualitativa, documental e empírica, abrangendo 15 estudantes que concluíram os três semestres de estágio. Evidencia-se uma concepção sobre o estágio, como processo de formação, como trabalho e embasada na experiência; a supervisão direta, como um processo potente; e, tecidas estratégias de qualificação do processo. O estudo possibilitou adensamento ao debate entre estudantes e professores em relação ao estágio obrigatório supervisionado em uma universidade pública no sul do Brasil.

**Palavras-chave:** Formação Profissional; Estágio Supervisionado Obrigatório; Supervisão Direta.

**Abstract:** The objective of this research is to present the students' perception about the process of supervised internship, from the perspective of Supervised Internship Policy from Social Service Course in Federal University of Rio Grande do Sul. This qualitative, documentary and empirical research covers 15 students that completed all three semesters of internship. We can observe an emphasis on the conception of internship as a process of formation, as work and based on experience; direct supervision, as a potent process; and, woven strategies of qualification of the process. The study made possible to increase the debate between students and teachers in relation to the mandatory internship supervised at a public university in South Brazil.

**Keywords:** Mandatory Supervised Internship; Professional qualification; Direct supervision.

### 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo apresentar a percepção dos acadêmicos sobre o processo de estágio supervisionado obrigatório em Serviço Social em uma universidade pública no sul do país, sob a ótica da sua Política de Estágio Supervisionado. Pretende-se colocar em debate o tema do estágio

<sup>1</sup> Estudante de Graduação. Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul. E-mail: <frangfbpa@gmail.com>

<sup>2</sup> Professora com formação em Serviço Social. Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul. E-mail: <lewgoy@terra.com.br>.

supervisionado, seus limites e potencialidades, para que esse processo tão fundamental tenha maior visibilidade da trajetória percorrida, tendo em vista a mercantilização da educação superior e a precarização do trabalho no processo de formação e exercício profissional.

O estágio supervisionado é parte essencial no processo formativo e espaço no qual o estudante tem contato mais direto com a realidade. Ele oportuniza que o aluno faça uso dos conhecimentos teórico-práticos para intervir nesta realidade, por isto tem sua base na supervisão direta (acadêmica e de campo). Esse processo tem sido alvo de muitas discussões na categoria profissional e isso não é diferente entre os estudantes dessa universidade, que nele se deparam com experiências diversas, influenciando diretamente no profissional que está sendo formado.

Quando pensamos em estudantes/acadêmicos, vêm-nos à mente aqueles que estão regularmente matriculados em uma instituição de ensino. No entanto, ser estudante não é apenas a formalidade de estar matriculado e frequentar diversas aulas. Ser estudante é estar num processo de formação, este permeado por desafios e aprendizados que vão se constituindo a partir de sua relação política e acadêmica com a universidade. Entender o complexo mundo dos estudantes é reconhecê-los em sua totalidade como: estudantes, filhos, amigos, pessoas singulares que vivem e sofrem das consequências da conjuntura socioeconômica como todos.

Observou-se que os/as estudantes do curso de Serviço Social com frequência estão reunidos/as e a pauta principal a partir do 5º semestre são os desafios do estágio obrigatório supervisionado. Nesses encontros informais eram verbalizados questionamentos referentes aos desafios e às contradições ao que estava disposto na Política de Estágio do Curso de Serviço Social. Da mesma forma, nos encontros formais de apresentações sobre o estágio, também se percebiam elementos significativos e positivos desse processo.

Assim, criou-se a necessidade e a oportunidade de dar voz aos estudantes, no intuito de entendermos que não se trata apenas de vivências individuais e, sim, de aspectos coletivos da formação dos futuros assistentes

sociais que necessitam ser pensados e repensados para a universidade. Entendeu-se que a melhor forma de trazer o debate sobre a temática do estágio para a graduação seria aprofundando o tema e realizando uma pesquisa de campo, ouvindo estes estudantes; entende-se que a pesquisa, além de ser um instrumento para a produção de conhecimento e de transformação da realidade a partir do conhecimento produzido, é também instrumento que dá voz aos sujeitos.

A partir disto, realizou-se estudo de abordagem **qualitativa**, onde se considera a existência de uma relação dinâmica entre mundo real e sujeito, e se tem o processo como foco principal, para a partir disso descrever a realidade (DIAS; PEDROSO, 2016). Utiliza-se do método indutivo, no qual as percepções do pesquisador sobre a realidade são inclusas. Como técnica de coleta de dados foi utilizada a entrevista semiestruturada, utilizando-se um roteiro de perguntas elaborado de acordo com os objetivos da pesquisa, de caráter aberto (BAUER; GASKELL, 2004), e ajustado após o pré-teste. Foram realizadas 15 entrevistas com acadêmicos que, no primeiro semestre de 2018, estavam na etapa 9 do curso, e que se dispuseram a participar da pesquisa através de assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

A análise dos dados foi de Análise de Conteúdo, pois foi fundamental: estabelecer uma compreensão dos dados coletados; confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e responder às questões norteadoras e ampliar o conhecimento sobre o assunto, articulando-o ao contexto cultural da qual faz parte no qual foram realizadas as seguintes etapas: Pré-análise; Exploração do Material; Tratamento dos dados e interpretação (MINAYO, 2009). Esta análise foi realizada com o auxílio do software MAXQDA Analytics Pro 2018, que tem foco em análise de pesquisas qualitativa e mistas, possibilita a organização dos documentos da pesquisa; a transcrição de entrevistas e grupos focais de forma rápida; a codificação, decodificação e categorização; e a criação das nuvens de palavras e outros recursos que podem ser explorados de acordo com o tipo de pesquisa.

Na **pré-análise**, as entrevistas gravadas foram organizadas por número e foi feito o *upload* destas no *software* MAXQDA. Em seguida, com o recurso de transcrição de áudio, foram transcritas e organizadas por letra (A ao O) e, posteriormente, foi realizada a leitura flutuante de cada uma delas, que totalizaram 115 páginas. Na etapa de **exploração** foi realizada análise temática, através a leitura aprofundada das entrevistas e, a partir disto, os núcleos de sentido foram selecionados e organizados no software. Na etapa de **tratamento dos resultados e interpretação** foram feitas as decodificações e a classificação dos elementos de significação constitutivos da mensagem. Criadas as decodificações, iniciou-se o processo de categorização (MINAYO, 2007) e os resultados foram interpretados sob a luz da política de Estágio Supervisionado do Curso de Serviço Social dessa universidade.

## **2 A POLÍTICA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO PARA O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE**

A Lei Nº 11.788/2008, que dispõe sobre o Estágio de Estudantes, é um documento que baliza o estágio como processo de aprendizagem. Concomitantemente a este documento, o CEFESS/CRESS lançou no ano de 2008 a Resolução 533/2008, respondendo a uma necessidade histórica de regulamentação do processo de estágio supervisionado. Nesse documento se regulamenta a Supervisão Direta de estágio em Serviço Social.

Em 2009 a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) agrega a este processo a construção da Política Nacional de Estágio em Serviço Social, junto a categoria profissional e seus acadêmicos, através das Oficinas Regionais e Nacional e nos seus respectivos relatórios a sistematização dos dados pelo GT da PNE. Os princípios nela definem o número de alunos por supervisor acadêmico (até 15 alunos por cada supervisor acadêmico), orientam sobre a operacionalização e conceituação do estágio em Serviço Social – que se caracteriza por ser uma “atividade teórico-prática,

efetivada por meio da inserção do(a) estudante nos espaços sócio-institucionais nos quais trabalham os(as) assistentes sociais, capacitando-o(a) nas dimensões” (ABEPSS, 2009, p. 14).

A PNE elencou os princípios éticos e formativos que norteiam o processo de estágio supervisionado e que balizam sua realização, no âmbito da universidade, do campo e do aluno. O estágio é um processo educativo, sendo o momento no qual o aluno se vincula aos processos de trabalho dos quais os assistentes sociais inserem-se no espaço socio-ocupacional. Nessa perspectiva é direito do estudante que este estágio seja supervisionado, tanto no campo quanto na universidade, por um profissional do Serviço Social, para garantir seu processo de ensino-aprendizagem de forma a qualificar sua formação profissional. A supervisão é atribuição privativa do assistente social na Lei de Regulamentação da Profissão, sendo um processo protagonizado pelo aluno, pelo professor supervisor e pelo assistente social supervisor de campo – a chamada tríade (LEWGOY, 2009) –, que também, integrada às demais disciplinas do curso, propicia o aprimoramento das dimensões que constituem a competência profissional.

Conforme a indicação da PNE de que as Unidades de Formação Acadêmicas elaborem Políticas de Estágio próprias, o Curso de Serviço Social dessa universidade elaborou em 2011 a sua própria política de estágio supervisionado, tendo em vista a criação do curso na universidade no ano de 2010. O Estágio Supervisionado em Serviço Social é entendido pela Política de Estágio de Serviço Social como uma atividade caracterizada pela inserção do estudante em campo, no intuito de capacitá-lo para o exercício da profissão.

Considerando o estágio um espaço de interlocução entre formação e exercício profissional, têm-se na política os princípios do Código de Ética do Assistente Social de 1993 em articulação com os princípios do estágio supervisionado, em consonância com a PNE da ABEPSS. Tais princípios incluem: indissociabilidade entre as dimensões da competência teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa e a articulação entre formação e exercício profissional; conhecimento teórico-intelectual; indissociabilidade

entre ensino, pesquisa e extensão; unidade teoria-prática; interdisciplinaridade; indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e de campo; e articulação entre universidade e sociedade.

A partir destes princípios, o estágio curricular obrigatório foi organizado de forma processual. Inicia-se no 5º semestre após o aluno completar 80 créditos. Ocorre em três semestres, com carga horária mínima de 160 horas cada, totalizando 480 horas de estágio. A carga horária no campo é mínima de 08 horas e máxima de 30 horas, devendo ser realizado no mesmo campo os três semestres, tendo em vista a processualidade com que o estágio se desenvolve.

A supervisão acadêmica organiza-se de forma coletiva e sistemática, devendo ter, no máximo, 10 alunos por turma, constitui-se de supervisão grupal semanal de três horas e, caso necessário, encontros individuais com os alunos, além da realização de supervisão em tríades. Há reuniões mensais entre os supervisores acadêmicos. A supervisão de campo também deve ser sistemática e planejada, visando à construção de uma relação entre aluno-campo de forma processual. Ressalta-se também que o supervisor de campo é incentivado à participação no Fórum de Supervisores e convocado a participar do Curso de Supervisores ofertado pela universidade para supervisionar um acadêmico. Cada supervisor poderá ter no máximo 01 estagiário a cada 10 horas de trabalho. Ao estagiário cabe a regularização da sua situação junto à universidade, agir de acordo com os pressupostos ético-legais da profissão, participar dos encontros coletivos e se inserir nos processos que ocorrerão nos estágios I, II e III.

No estágio I ocorre a aproximação do acadêmico ao campo onde irá conhecer a instituição e o trabalho profissional através da análise sócio-institucional, subsidiada pelo diário de campo e pelo inventário das referências estudadas durante o processo de formação. No estágio II, como produto da análise realizada no estágio I, o estagiário irá identificar as demandas advindas da realidade sócio-ocupacional e propor um projeto de intervenção, que inicia preferencialmente a executar neste semestre ou, em casos especiais, no

estágio III. O estágio III é a última etapa, onde, além da execução do projeto, é feita a avaliação dos indicadores de efetividade e de alcance social (MARTINELLI, 1993). Ao final de cada semestre de estágio é realizado um seminário com a participação de ambos os supervisores acadêmico e de campo, e também dos estagiários; nesse seminário são apresentados os relatórios de estágio, abrindo um espaço de troca entre os profissionais do Serviço Social que atuam nas mais diversas políticas sociais.

O processo de estágio supervisionado é dialético, pressupondo a problematização dos acadêmicos frente às contradições do campo, por isso demanda a construção de diferentes instrumentos que possibilitam que o estudante “pare e reflita” sobre o processo que está vivenciando: diários de campo; relatórios de estágio; construção de estudo social; inventário; e o próprio grupo de supervisão; sendo eles elementos fundamentais para o rompimento com a pseudoconcreticidade (KOSIK, 2011). Esses instrumentos não são considerados trabalhos acadêmicos, e sim meios de tomada de consciência da realidade a partir das aproximações sucessivas com o campo.

### **3 O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE: A PERCEPÇÃO DOS ACADÊMICOS**

Antes de se compreender o que os acadêmicos pensam sobre o processo de estágio, há que se fazer algumas considerações sobre quem são estes estagiários; não no objetivo de identificá-los, mas sim de entender melhor como e onde a formação em Serviço Social nessa universidade vem sendo construída. Por isso, serão apresentadas as principais políticas de inserção no período de estágio obrigatório, a carga horária realizada pelos estudantes e se este processo vem ocorrendo com remuneração ou não.

Os resultados respondem aos objetivos e serão expostos a partir dos seguintes itens: concepção dos estudantes em relação ao estágio obrigatório; o modo pelo qual vem sendo operacionalizado o estágio obrigatório supervisionado; a descrição de como vem se constituindo a supervisão direta de estágio na universidade; e, por fim, serão apresentadas as estratégias que

os/as alunos/as entendem que podem fortalecer o processo e a política de Estágio Obrigatório Supervisionado em Serviço Social de uma universidade pública no sul do país.

Na pesquisa evidenciou-se que os campos de estágio onde estavam alocados os/as acadêmicos/as da universidade estavam restritos às políticas de assistência social, saúde e ao campo sócio-jurídico. A partir desse dado, pode-se inferir a necessidade de buscar campos em variadas políticas, mas, também, precisa-se compreender que as políticas de saúde e assistência social são as que possuem o maior número de assistentes sociais, possíveis supervisores de campo, em atuação. Ressalta-se que 93% dos diversos campos de estágio são instituições públicas; apenas 7% são organizações não governamentais que prestam serviços às políticas sociais públicas. Não foram citadas empresas privadas com fins lucrativos.

A carga horária dos estagiários é majoritariamente de 30 horas semanais, havendo também os que fazem 20, 16 e 12 horas semanais nos campos de estágio. Na política de estágio do curso de Serviço Social da universidade está disposto que o estágio seja realizado no mínimo em 8h semanais, entretanto, atualmente se entende que este tempo é muito limitado para a vivência no campo. Por isso, recomenda-se o mínimo de 12 horas semanais. Também é recomendado que os estágios sejam inteiramente realizados no mesmo campo, para que se mantenha o caráter processual. Essa característica tem sido mantida, pois se evidenciou que 87% dos alunos realizaram todo o processo de estágio obrigatório no mesmo local.

Considera-se alta a carga horária de 30h para a realização do estágio obrigatório, tendo em vista que ele é um processo de ensino-aprendizagem que possui uma grande demanda de atividades, alijado às outras disciplinas do curso de Serviço Social. Essa alta carga horária evidenciada tem intrínseca relação com o fato de que 52% dos/das estagiários/as tiveram remuneração durante todo o período de estágio, enquanto 33% não receberam remuneração em nenhum período do estágio e 15% tiveram remuneração em algum momento do estágio (em um semestre sim e outro não, de acordo com a



necessidade do campo/ou da aluna). Os alunos precisam de uma renda para se manter na universidade. Por isso, há a incessante busca por uma vaga de estágio remunerada e muitas vezes os alunos submetem-se a um estágio igual ou semelhante ao assistente social supervisor de campo.

Devido à situação socioeconômica imperante, sob a lógica neoliberal, os estágios estão adquirindo crescentemente o caráter de emprego para o estagiário; inclusive, no Serviço Social, muitos alunos têm o estágio como fonte de renda (ABEPSS, 2009 APUD OLIVEIRA, 2004, p. 77). Ter o estágio como fonte de renda pode submeter o aluno à realização de um estágio sem as condições necessárias para a articulação das competências profissionais do/da assistente social, como veremos a seguir: o processo de estágio tem sido precarizado e, quando o aluno recebe remuneração, é visto ainda mais como mão de obra nos campos. Ressalta-se que os alunos que não conseguem uma vaga com remuneração aliam à carga horária de estágio um trabalho externo ou uma bolsa-trabalho na própria universidade para que se mantenham na universidade; portanto, trata-se de uma pesquisa com alunos/as trabalhadores/trabalhadoras.

A concepção de estágio obrigatório supervisionado em Serviço Social é distinta entre os acadêmicos. Dos 15 sujeitos entrevistados, quando perguntada a concepção de estágio obrigatório supervisionado, 7 conseguem entendê-lo como parte desse processo de formação, não desarticulado à vivência na universidade, respaldado por uma supervisão; enquanto 5 entendem-no como um processo de “conhecer” a teoria na prática – como se na universidade não estivesse sendo pensado o trabalho do assistente social, apenas a teoria; e 3 expressam os sentimentos que lhes remetem ao estágio.

Diante dessas percepções dos estudantes, pode-se concluir que a concepção de estágio ainda é distinta porque está atrelada à trajetória de cada aluno na graduação, e isso implica diferentes vivências. Ou seja, o estágio obrigatório supervisionado é um processo educativo no qual, a partir da inserção no campo, com a mediação da supervisão direta, os/as alunos/as vão fazer a interlocução entre a formação e o exercício profissional. Todavia,

percebe-se que ainda há dificuldade no entendimento dessa interlocução, por isso há dificuldade destes em conceber um conceito mais completo em relação ao estágio obrigatório supervisionado.

Evidencia-se também que, para os acadêmicos, a teoria e a prática são coisas dissociadas durante o processo de formação, e que o estágio traz a necessidade de articulação teoria-prática. Percebe-se uma dificuldade no entendimento de que o trabalho do assistente social possui uma intencionalidade; é teleológico (LESSA; TONET, 2008), mas que só assume esse caráter porque é balizado por uma teoria, no caso, a teoria marxista. Ainda parece que a universidade está muito distante da realidade profissional das assistentes sociais supervisoras de campo, o que gera um sentimento de desilusão quando os acadêmicos se inserem nesses espaços sócio-ocupacionais.

Deve-se pensar menos em prática e mais em práxis (KONDER, 1992). É preciso entender a teoria que vai balizar nossa intervenção e compreender que a partir dela podemos pensar em estratégias que façam acontecer o “preconizado”. No entanto, numa conjuntura de trabalho cada vez mais precarizado, o estágio precisa colocar-se como espaço de reafirmação do Projeto Ético-Político Profissional. O estágio contribui não apenas para a formação de novos profissionais, mas também para a educação permanente dos assistentes sociais supervisores de campo, pois propicia a eles o “contato direto com a academia” (SANTOS apud LEWGOY; CARLOS, 2014, p. 09). Contribui também para os assistentes sociais supervisores acadêmicos, pois possibilita a eles “o conhecimento do cotidiano profissional nos diferentes espaços sócio-ocupacionais” (SANTOS apud LEWGOY; CARLOS, 2014, p. 09).

### 3.1 AS INTERFACES DA OPERACIONALIZAÇÃO DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO SUPERVISIONADO COM A POLÍTICA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO PARA O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA NO SUL DO PAÍS

Neste item serão apresentadas as interfaces da operacionalização do estágio obrigatório supervisionado, sob a luz da política de Estágio para o Curso de Serviço Social de uma universidade pública no sul do país. Para tal, utilizou-se o princípio da indissociabilidade entre as dimensões da competência teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa e a articulação entre formação e exercício profissional, visando entender como o estágio vem sendo operacionalizado para os alunos, tanto no campo quanto na universidade. Buscou-se compreender: como as disciplinas do curso relacionam-se com o estágio supervisionado; quais as atividades os alunos realizam no estágio supervisionado obrigatório e como foram introduzidas no processo de ensino-aprendizagem do estágio; qual o enfoque dos projetos de intervenção, visando identificar as demandas mais recorrentes nos campos de estágio e seus resultados; e demais questões que vissem a necessidade de manifestar.

Entende-se que o estágio, embora tenha centralidade na formação, não deve ser um processo à parte da graduação, pois antes do estágio obrigatório supervisionado tem 2 anos de curso, tendo em vista o ingresso apenas no 5º semestre. Nesse sentido, em relação às disciplinas do curso, dos 15 sujeitos, 12 entendem que *as disciplinas do curso dialogam com o processo de estágio* e compreendem a importância de sua processualidade. Apenas 3 alunos acreditam que *as disciplinas são dissociadas do processo de estágio obrigatório supervisionado* e elencam que isso ocorre porque: o curso é “muito teórico [...] da política macro... Ele é pouco da prática” (Sujeito J). Aqui esbarramos novamente no conceito de práxis, pois os alunos seguem entendendo prática e teoria como algo fragmentado e não uma unidade. Também, os alunos concebem que é um problema professores terem menos experiência como assistentes sociais em espaços sócio-ocupacionais do que como professores.

Precisa-se entender que a formação do assistente social é generalista. Por isto, devemos entender o objeto de trabalho do assistente social, que é a questão social e suas expressões (IAMAMOTO, 2001). Essas expressões irão se manifestar de diferentes formas, em variados espaços sócio-ocupacionais.

No entanto, a direção da intervenção do assistente social será sempre guiada pelo Projeto Ético-Político da Profissão, que vai ao encontro dos interesses da classe trabalhadora. A formação não vai dar conta de todas as especificidades dos campos de atuação profissional. Porém, no que tange às necessidades comuns nos campos, evidenciou-se que os alunos sentem a articulação entre a formação e o processo de estágio supervisionado e, mais do que isso, entendem que as disciplinas são fundamentais para a experiência de estágio.

Deve-se dar atenção também às necessidades específicas dos campos e demandas recorrentes dos acadêmicos, podendo as disciplinas eletivas complementarem a formação de acordo com a área que os futuros profissionais pretendem seguir. Contudo, reafirma-se a importância de garantir uma formação generalista sólida no que tange as competências teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa do Serviço Social, para que o Projeto Ético-Político seja fortalecido no cotidiano profissional e não fique apenas dentro da universidade.

Na política de estágio da universidade, para atingir os objetivos de cada etapa, são postas atividades tanto no campo quanto acadêmicas, nas quais o acadêmico terá de entender a unidade-teoria prática para conseguir fazer a articulação entre a formação e o exercício profissional. Dessa forma, mostra-se um processo que inicialmente é de conhecimento do campo, identificação das demandas, para posterior intervenção e avaliação, todas com a mediação da supervisão direta. Entretanto, percebe-se que a *processualidade e a dimensão educativa têm se perdido na operacionalização do estágio obrigatório supervisionado em Serviço Social*, tendo três facetas: 1) *Os estagiários acabam fazendo as tarefas acadêmicas apenas para entregar, sem intencionalidade*; 2) *Os estagiários fazem as atividades sem sentirem-se preparados para estas e sem planejamento prévio, por pressão das supervisoras de campo*; e 3) *Os estagiários são vistos como mão-de-obra barata nos campos, fazendo “tudo o que a assistente social faz”*.

A dificuldade em manter a processualidade preconizada pela Política de Estágio Supervisionado para o Curso de Serviço Social da universidade, em

consonância com a PNE da ABEPSS, é decorrente desse avanço do capital, que acelera os processos e perde-os em sua essência. Na sociedade atual, tudo é imediato e está em nossas mãos sob um clique, estando intrínseca a cultura do imediatismo. Assim, a operacionalização do estágio supervisionado tem sido atropelada pela correria do mundo do trabalho que influencia diretamente nesse processo, à medida que os alunos se inserem em espaços sócio-ocupacionais que não compreendem o estágio obrigatório em Serviço Social como ato educativo. O trabalho, do modo que se constitui na sociedade capitalista, adoece aquele que vende sua força para a produção da riqueza e o estágio, quando não é realizado de acordo com os princípios estabelecidos, assume caráter de trabalho; sendo assim, afirma-se que o *estágio precarizado adoece os estudantes*. Ressalta-se novamente que metade destes estudantes possui, além do estágio, um trabalho externo, sofrendo as tensões do mundo do trabalho duas vezes.

Evidenciou-se também que, por parte dos alunos, quando questionados sobre as atividades realizadas no estágio, há que se fazer a ressalva de que *estes concebem os instrumentos e técnicas como atividades*. Por isso, a resposta foi de acordo com a concepção de estágio destes: *a maioria entende que apenas as atividades de intervenção no campo fazem parte do estágio, e uma pequena parte articula às atividades do campo às atividades acadêmicas*. Mostra-se, novamente, o quanto há a dissociação da teoria e a prática para o grupo de sujeitos pesquisados. Em relação aos instrumentos/atividades mais frequentes, ressalta-se a entrevista (LEWGOY; SILVEIRA, 2003), as visitas domiciliares (CLOSS; SCHERER, 2018), o trabalho com Grupos e as reuniões, de rede e interdisciplinares, além de outras atividades.

Os acadêmicos salientam que essas atividades muitas vezes são realizadas em demasia, havendo uma *sobrecarga de atividades para os estagiários*. Por outro lado, um acadêmico, para conseguir superar esse processo de sofrimento e sobrecarga de atividades, relatou que encontrou nos instrumentos acadêmicos a forma de refletir sobre o processo vivenciado e compartilhar com a universidade o que vinha ocorrendo no campo. É também

nesta escrita que os acadêmicos identificaram as diferentes demandas sócio-institucionais, as quais não serão especificadas visando à garantia do direito ao sigilo dos sujeitos da pesquisa, mas que se apresentará o enfoque principal desses projetos de intervenção elaborados pelos acadêmicos sob supervisão direta.

Os projetos de intervenção dos 15 acadêmicos tiveram 7 enfoques, por ordem de recorrência: a articulação com a rede intersetorial, a realização de oficinas com os usuários, a instituição de novas rotinas para o Serviço Social no campo, os grupos com usuários, o incentivo à organização e participação social, as assembleias com os usuários, e as atividades de educação permanente com profissionais. No que tange aos enfoques, considera-se que estes são diferentes, mas ainda assim são articulados. Sobressai-se o enfoque na articulação com a rede intersetorial, reafirmando que as políticas sociais públicas no Brasil ainda são muito setorializadas e não possuem um viés de totalidade. Nos projetos de intervenção tem-se o ponto forte da operacionalização do estágio, pois se percebe que mesmo com as adversidades da realidade, estes futuros profissionais conseguem compreendê-la e propor estratégias de resistência.

Um fato em relação à **supervisão direta** nesta universidade é que a *tríade* (LEWGOY, 2010) *acontece e é considerada efetiva* por 8 dos 15 entrevistados, que percebem que as condições de estágio são qualificadas quando existe a articulação entre a universidade, o campo e o aluno. Os estudantes entendem que *a articulação entre universidade, campo e aluno garante uma formação qualificada para os assistentes sociais* e evidencia que a supervisão direta tem um grande potencial, mas que ainda precisa ser explorado de uma forma mais qualificada, considerando que, para 07 estagiários, *a tríade reduz-se às reuniões*, sendo considerada uma formalidade a ser “cumprida”.

Considera-se que há momentos nos quais a indissociabilidade entre a supervisão acadêmica e de campo expressa-se. No entanto, ressalta-se que esse potencial deve ser explorado, no intuito de que todos os estagiários

consigam perceber a importância da tríade – para além de um elemento formal, mas – como mediadora da relação exercício e formação profissional que pode oportunizar uma vivência fundamental para a futura atuação enquanto assistente social. Para que o potencial da supervisão seja explorado, é preciso que os supervisores acadêmicos e de campo realizem as suas atribuições de forma articulada e, por isso, identificaremos como essas supervisões ocorrem atualmente a partir da percepção dos acadêmicos.

Para os estudantes, *a supervisão acadêmica acontece e é uma contradição*, pois as concebem ao mesmo tempo inclusas formas positivas e negativas. De modo subjetivo, como um *Suporte teórico e psicológico*, que se constitui em um *local inovador, de desabafo e acalento*, que aparece como um *fôlego novo*, com ênfase no *grupo como elemento fundamental desse processo*. Percebe-se que o espaço da supervisão pode ser aberto para expressar os sentimentos em relação ao estágio e que se redimensiona à medida que a supervisão de campo é negligenciada. Na supervisão grupal, a partir do compartilhamento das vivências do estágio em grupo, os alunos criam uma rede de confiança e apoio, cunhando estratégias, se fortalecendo no coletivo. Contudo, ressalta-se que a supervisão acadêmica grupal não deve ser uma terapia, e sim um espaço aberto para a escuta dos alunos e suas dificuldades no qual serão pensadas estratégias de enfrentamento a estas a partir das competências profissionais do Serviço Social. A supervisão acadêmica também é concebida como *um espaço de aprendizado dolorido e exaustivo devido à quantidade de produções que exige ou devido a conflitos pessoais entre aluno e professora*. Os alunos apontam que há diferenças nos processos metodológicos de ensino-aprendizagem entre as supervisoras acadêmicas. Por fim, percebem limites quanto à efetividade da Política no processo de Estágio do Curso, sobrepondo muitas vezes o individual ao coletivo, relatando que “depende muito do professor e da supervisora de campo” (Sujeito F).

Em relação à supervisão de campo, percebe-se que os alunos vivenciam dois tipos de experiência: de uma supervisão não planejada e a

outra de uma supervisão qualificada. Quando a *Supervisão de Campo não se dá de forma sistemática e planejada*, é porque “não tinha um horário determinado. Tinha semana que tinha, tinha semana que não tinha. Então não era programada” (Sujeito M), ressaltando que muitas vezes foi *negligenciada*. Salientou-se também que *a supervisão de campo ocorre com maior frequência no início do estágio* e depois é substituída por questionamentos no decorrer do cotidiano. Os acadêmicos relatam que *essa supervisão é voltada ao esclarecimento de dúvidas em relação ao campo* e, por isso, depois que estão mais habituados ao campo, o espaço de supervisão vai sendo esvaziado e interrompido pelas diversas demandas de trabalho das assistentes sociais. Novamente, a precarização do trabalho profissional incide na formação. Os profissionais assistentes sociais supervisores no seu cotidiano de trabalho não conseguem um tempo para sentar e supervisionar/dialogar com os seus estagiários de forma mais reflexiva, contrariando a orientação de 1h semanal de supervisão. Mas há os que tentam propiciar uma *supervisão de campo qualificada* e enfrentam dificuldades no contexto institucional.

Conclui-se que tanto a supervisão acadêmica quanto a de campo possuem pontos a serem aperfeiçoados sob a ótica dos acadêmicos e em relação à Política de Estágio para o Curso de Serviço Social da universidade. No entanto, na pesquisa, 12 alunos ressaltaram que *a supervisão contribuiu para a articulação das competências teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa*. Os acadêmicos percebem que durante o processo de estágio houve um enriquecimento em suas produções científicas e que conseguiram constituir unidade entre a teoria e a prática. Apenas 03 sujeitos consideram que a supervisão não contribuiu para a articulação das competências porque entendem que o estágio foi algo *tarefeiro*.

Uma questão forte e comum que todos os estudantes verbalizaram é de que *a supervisão direta é imprescindível para o fortalecimento desse processo*, balizando o que diz a PNE da ABEPSS, a Resolução CFESS 533/2008 e a Política de Estágio do Curso de Serviço Social, o nome já diz: estágio obrigatório **supervisionado!** Portanto, este não é realizado de modo a



aprimorar as competências profissionais, quando não há a real articulação entre a tríade.

Uma das questões perguntadas na entrevista foi sobre as sugestões; nelas os alunos apontaram diversos aspectos do processo de estágio supervisionado que lhe inquietaram quando passaram por esse processo, sugerindo transformações nele. Entende-se que a pesquisa tem esse caráter de transformação e que, por terem passado pelo estágio, podem acrescentar qualidade à formação do/da assistente social na universidade. Ressaltamos que as reivindicações cotidianas no âmbito do estágio são muito válidas. O acúmulo de tarefas pode levar ao adoecimento mental, destacando-se que, na coleta de dados, houve desabafos em relação ao processo, mostrando esse sofrimento que o aluno viveu por um ano e meio. Ou seja, precisamos pensar como aliar saúde, formação e trabalho dos estudantes de graduação em Serviço Social da universidade, principalmente para o aluno trabalhador. É importante potencializar o que temos de excelência, e refletir sobre o que poderia ser diferente.

Outra questão diz respeito à necessidade do entendimento sobre o perfil dos estudantes do Serviço Social. Ressalta-se que estes são *estudantes-trabalhadores* e que o número abundante de atividades e exigências pode, sim, ser um problema para estes, sugerindo-se que *a carga horária da supervisão acadêmica seja diminuída* – sugestão que particularmente as autoras discordam, dadas a importância desta para a reflexão sobre o estágio supervisionado. Outros estudantes sugerem que o processo de supervisão *não precisa ser tão engessado*, pois os documentos não podem assumir um papel mais relevante do que a experiência.

Ainda, houve uma sugestão em relação à necessidade de que os *professores mantenham uma relação empática com seus alunos*. É preciso entender que os estudantes podem ter dificuldade de acompanhar o processo de graduação, que demanda, por exemplo, custo com a aquisição de materiais/xerox/acesso à internet. O aluno não tem que ter dinheiro para comprar o livro, mas sim, ele tem direito a ter acesso a ele. Mas, como ter uma

biblioteca pública atualizada numa conjuntura onde o governo congela os gastos com a educação pelos próximos 20 anos, vide PEC 55/2016? Sobre essa questão complementa-se a solicitação de que *os alunos cotistas tenham um acompanhamento mais próximo* no período do estágio “não de pena e nem de cobrar menos [...] de acompanhar o processo mesmo, mais de perto” (Sujeito N).

Outras sugestões são em relação ao processo de formação como um todo, no Curso e na Universidade relatando: a) *necessidade de aprofundamento do Método de Marx*; b) *o alinhamento pedagógico para o processo de estágio*, no que se refere à Política de Estágio para o Curso de Serviço Social, qual seja, o conhecimento da política na íntegra pelos estudantes, tendo em vista que pode trazer uma visão distorcida do processo; c) *escolha ou indicação de professor supervisor por parte do aluno*, considerando que a convivência no período de estágio é longa e para ser profícua é inevitável a construção do vínculo; e d) *necessidade de circular em outros espaços para apropriação de outras políticas*; inclusive, se não no estágio obrigatório, sugerem que ao longo da formação sejam propiciados mais espaços ‘in loco’, embora a política preconize que o estágio seja realizado preferencialmente no mesmo campo, os três semestres.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conclui-se que o processo de estágio supervisionado é um elemento-chave para a formação profissional e, devido à sua centralidade, há necessidade de percebê-lo na sua totalidade, no movimento do cotidiano que é contraditório, para qualificá-lo. A partir da percepção dos acadêmicos temos a pesquisa como o embrião para tal qualificação. O estágio supervisionado se constitui em um “divisor de águas” na formação, por ser um processo que potencializa a articulação entre o exercício e a formação profissional, através da interlocução entre supervisores, acadêmico e de campo e o estagiário. Esse processo vem sendo acumulado pelos demais docentes desde o início do

processo de formação na garantia e do acesso ao direito da qualidade profissional.

A realização desta pesquisa irá contribuir para que o curso de Serviço Social da universidade adense o debate sobre o estágio supervisionado. Sugere-se que este e os demais estudos sobre estágio e supervisão sejam uma das pautas de discussão nas reuniões da Comissão de Graduação em Serviço Social COMGRADSS/Comissão de Estágios. Propõe-se, ainda, que seja potencializado aos estudantes um espaço de escuta pela assistente social servidora da universidade, no intuito de qualificar o processo de formação do/a assistente social.

## REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social** – ABEPSS. Brasília, maio 2010. Disponível em:

[http://www.abepss.org.br/briefing/documentos/Lei\\_de\\_Diretrizes\\_Curriculares\\_1996.pdf](http://www.abepss.org.br/briefing/documentos/Lei_de_Diretrizes_Curriculares_1996.pdf) . Acesso em: 17 nov. 2017.

CLOSS, Thaisa Teixeira; SCHERER, Giovane Antônio. Visita domiciliar no trabalho do assistente social: reflexões sobre as técnicas operativas e os desafios ético-políticos na atualidade. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 17, n. 2, p.41-60, dez. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília, 1993.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Legislação e Resoluções sobre o Trabalho do/a Assistente Social**. Resolução CFESS 533/2008. Regulamenta a Supervisão Direta do Estágio no Serviço Social. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br>>. Acesso em: 2 jun. 2018.

DIAS, Miriam Thais Guterres; PEDROSO, Emylin. **Slide**: Elementos constitutivos do projeto de pesquisa. Porto Alegre: 2016. Color.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília, n. 3, 2001.

KONDER, Leandro. **O futuro da filosofia da Práxis**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista, SILVEIRA, Esalva Carvalho. A entrevista no processo de trabalho do Assistente Social. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 6, n. 8, p. 233-251, jul./dez. 2007.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de estágio em serviço social: desafios para a formação e exercício profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista; CARLOS, Sergio Antonio. **Supervisão de estágio em Serviço Social: uma perspectiva de formação permanente**. Porto Alegre: Prorext - Ufrgs, 2014.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Notas sobre mediações: alguns elementos para sistematização da reflexão sobre o tema. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano 9, n. 43, dez, 1993

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Otávio Cruz Neto (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.